

## DIRETORIA DEFINE FOCOS DE ATUAÇÃO PARA 2018

*Grandes temas que nortearão atividades no ano que vem surgiram após ampla consulta a representantes de mercado; a premissa continua sendo nossa missão de fortalecer o mercado de capitais e aprimorar a indústria de fundos*

Mercado de capitais; tributação; ética e regulação; inovação; e poupança de longo prazo. Estes serão nossos focos de atuação no ano que vem. Cada um deles tem o que chamamos de direcionador, que é o caminho que queremos percorrer ao longo de 2018 (veja o detalhamento nas próximas páginas).

Os focos de atuação foram definidos pela Diretoria depois de um diagnóstico feito pela Accenture, consultoria que nos auxilia também na definição da estratégia de longo prazo da Associação, projeto conhecido como ANBIMA +5. Para chegar aos cinco focos de atuação, foram levantadas as principais tendências dos



Crédito: Mario Bock

**ROBERT VAN DIJK,**  
nosso presidente.

**“Nossas ações para 2018 serão calcadas na realidade do mercado brasileiro e nas necessidades dos associados”**

mercados financeiro e de capitais no Brasil e no mundo. Em paralelo, foi feita uma série de entrevistas com membros da Diretoria, formadores de opinião e lideranças do mercado.

"Nossas ações para 2018 serão calcadas na realidade do mercado brasileiro e nas necessidades dos associados", afirma o presidente, Robert van Dijk. O plano de fundo continua sendo a nossa missão, que é contribuir para o fortalecimento da representação do setor e apoiar a

evolução de um mercado de capitais capaz de financiar o desenvolvimento socioeconômico no Brasil.

Os focos de atuação foram apresentados aos presidentes dos nossos 21 comitês e eles ficaram com uma lição de casa: estabelecer objetivos para cada um dos direcionadores. Esses objetivos serão apresentados para a Diretoria e, depois de aprovados, deverão ganhar um plano de ação para 2018, traçado também com a colaboração dos comitês envolvidos. Os

objetivos e plano de ação ainda preliminares serão validados em 29 de novembro, em workshop com a Diretoria e representantes dos organismos.

"Esse período de construção do plano de ação é importante não só para a Diretoria, mas também para a equipe interna. É o momento em que nos preparamos para organizar o trabalho para 2018, a partir das definições sobre onde queremos chegar em relação a cada foco de atuação", afirma o superintendente-geral, José Carlos Doherty. >>

# CONHEÇA OS ASSUNTOS QUE PAUTARÃO O NOSSO TRABALHO NO ANO QUE VEM

## FOCOS DE ATUAÇÃO 2018

### MERCADO DE CAPITAIS



São dois os direcionadores definidos para o tema: consolidar o papel institucional da Associação, firmando-se como a casa do mercado de capitais; e articular e coordenar a agenda de desenvolvimento do mercado. As tarefas ganham ainda mais relevância em ano eleitoral, momento de ampla discussão sobre o futuro do país. "O mercado de capitais precisa estar no centro da discussão de um modelo de desenvolvimento brasileiro para os próximos anos, independente da atuação das forças políticas. Nossa intenção é mostrar para a sociedade o papel deste importante agente e a relevância da nossa agenda de financiamento de longo prazo", explica Robert.

### POUPANÇA DE LONGO PRAZO



O assunto tem estreita relação com mercado de capitais. No entanto, a discussão é mais ampla. Diante da constatação de que a ausência de poupança de longo prazo é um grande problema para a economia brasileira, o debate gira em torno de como o mercado pode estimular essa mudança de paradigma e de cultura. Quais os mecanismos necessários para alongar os prazos dos investimentos em renda fixa, renda variável e previdência? Neste foco de atuação, o direcionador é justamente a construção de propostas que favoreçam este alongamento.

### INOVAÇÃO



As plataformas eletrônicas e as fintechs são algumas das inovações que já bateram à porta das instituições financeiras. Esses e outros modelos de negócios impactam o mercado. Saber como atuar diante dessa nova realidade é uma necessidade. Por isso, nosso direcionador para este foco de atuação é a discussão e a geração de conhecimento com dois eixos: (i) tratamento dos riscos e (ii) identificação de oportunidades. "Precisamos estar atentos às inovações e trazer este debate para dentro de casa. Isso nos permitirá ficar antenados com o que acontece no mundo e nos antecipar a possíveis movimentações regulatórias no mercado local", afirma Robert.

### ÉTICA E REGULAÇÃO



São três os direcionadores para este foco de atuação: aprimoramento e ampliação do escopo (subir a barra); conduta dos profissionais e processo de vendas; e custo de observância: busca de eficiência e parcerias. "A ética é um tema prioritário para o Brasil e é nosso dever, como porta-vozes dos mercados, inserir o assunto também na nossa agenda", diz Robert. As iniciativas em torno deste foco de atuação têm estreita relação com as mudanças em curso no modelo de autorregulação, cujo olhar vem migrando de produtos de investimento para atividades e condutas dos profissionais. Também vamos trabalhar pela redução dos custos de observância, isto é, custos embutidos no atendimento às exigências impostas por reguladores e autorreguladores. A ideia é otimizar, mas sem perda de eficiência e de segurança.

### TRIBUTAÇÃO



Este é um assunto transversal que relaciona-se direta ou indiretamente a outros focos de atuação. O direcionador aqui é um só: construção de proposta buscando simplificação, harmonização e simetria. A intenção é estarmos prontos para apresentar tal proposta ao governo. "Até então, mapeamos os diversos cenários e elaboramos estudos sobre o assunto. Agora queremos avançar para a construção de propostas efetivas", diz Robert. Estas propostas devem prever, necessariamente, mudanças paulatinas e graduais, de forma a garantir solidez ao mercado. "Acreditamos que esses ajustes devem levar em conta o cenário econômico nacional e as dificuldades do ajuste fiscal", conclui Robert.

DIRECIONADORES

Consolidar papel institucional: sermos a casa do mercado de capitais

Articulação e coordenação da agenda de desenvolvimento do mercado

Construção de propostas para desenvolvimento da poupança de longo prazo (previdência, renda fixa, renda variável)

Discussão e geração de conhecimento (inclusive sobre novos modelos de negócios e players) com dois eixos:

- i. tratamento dos riscos;
- ii. identificação de oportunidades.

Aprimoramento e ampliação do escopo (subir a barra)

Conduta dos profissionais e processo de vendas

Custo de observância: busca de eficiência e parcerias

Construção de proposta buscando simplificação, harmonização e simetria

# FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO É PRIORIDADE DO COMITÊ DE FINANÇAS CORPORATIVAS

**SERGIO GOLDSTEIN**, presidente do Comitê de Finanças Corporativas

Crédito: Danilo Quadros

Uma agenda de iniciativas que contribua para aumentar a participação do mercado de capitais no financiamento de longo prazo é a prioridade do Comitê de Finanças Corporativas. O grupo, presidido por Sergio Goldstein, tem constantemente reuniões com órgãos do governo para tratar do assunto. "A receptividade de todas as entidades é sempre positiva às nossas propostas", diz. Aprimoramentos na regulação não ficam de fora das discussões do comitê. Saiba mais sobre a agenda do grupo na entrevista abaixo.

## Qual é o principal assunto em pauta no comitê?

O grande tema é, sem dúvida, a nossa agenda de ações para incentivar o financiamento de longo prazo e a contribuição que o mercado de capitais pode dar para um tema tão relevante, que é um dos pilares para o crescimento do país nos próximos anos. O carro-chefe da proposta é o fortalecimento do mercado de capitais como fonte de recursos para financiar os projetos de infraestrutura. No comitê, discutimos modelos amigáveis para que o mercado atue em parceria com o BNDES de forma benéfica, frutífera e, claro, com simetria para todos os envolvidos. Entre os instrumentos discutidos junto ao BNDES, podemos citar o compartilhamento de garantias e a padronização de conceitos a serem tratados nas escrituras de emissão de debêntures de infraestrutura, como o quórum de deliberação em assembleia.

## Além da participação conjunta do mercado de capitais, quais são as outras iniciativas da agenda?

Uma delas é a implementação de melhorias na regulação dos fundos de infraestrutura criados pela Lei 12.431, que concede benefícios fiscais aos investidores pessoas físicas e estrangeiros que aplicam nesses produtos. Outra iniciativa é a busca por uma participação mais ativa dos fundos de pensão e das seguradoras no financiamento de longo prazo. O objetivo é que essas entidades possam investir em debêntures de companhias fechadas, objeto de ofertas pública nos termos da Instrução CVM 476. Atualmente, os projetos de infraestrutura são desenvolvidos por SPEs (Sociedades de Propósito Específico), em grande maioria de capital fechado. Essas e as demais ações têm como mote atrair mais investimentos e ampliar a base de investidores, sendo uma alavanca para o desenvolvimento sustentável do país.

## Além do BNDES, como estão as discussões com as demais entidades do governo?

Reunimos na ANBIMA todos os interlocutores relacionados a esse assunto: PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), CVM, os ministérios do Planejamento e da Fazenda, Banco Central, ABGF (Associação Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias) e Banco Mundial. Os avanços ocorrem na velocidade que uma mudança dessa magnitude implica, mas constantes, e estamos sempre vencendo barreiras. A receptividade de todas as entidades é sempre positiva às nossas propostas.

## Está em discussão no comitê algum aprimoramento na regulação de ofertas públicas?

Estamos conversando com a CVM sobre mudanças na Instrução 476, que regula as ofertas públicas de esforços restritos. Sugerimos a possibilidade de estabilizar as ofertas de ações, isto é, permitir o processo de estabilização de preços para amenizar a volatilidade do preço das ações após o lançamento da oferta e, portanto, mitigar distorções que a oferta possa trazer ao processo natural de negociação no mercado.

Outro item em discussão é a eventual dispensa do período de lock up (vedação a negociação) de 90 dias para os ativos de renda fixa adquiridos pelos coordenadores, fruto do exercício da garantia firme de colocação. A intenção é que o coordenador possa buscar novos investidores nesse período, desde que observada a quantidade máxima de subscritores permitidos pela Instrução CVM 476.

Uma vez que a proposta de estabilização de ofertas de ações esteja contemplada na norma, incluiremos também no nosso Código de Ofertas Públicas os princípios que deverão ser empregados na atividade de estabilização de ofertas de renda variável distribuídas pela Instrução 476.



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

[www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br)

Redação: Flávia Nosralla e Paula Diniz

Edição: Marineide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Av. República do Chile, 230 – 13º andar – CEP 20031-170 – Tel: + 21 3814 3800

São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Robert van Dijk

Vice-Presidentes: Carlos Ambrósio, Carlos André, Conrado Engel, Flavio Souza, José Olympio Pereira, Pedro Lorenzini, Sérgio Cutolo e Vinicius Albernaz

Diretores: Alenir Romanello, Carlos Salamonde, Celso Scaramuzza, Felipe Campos, Fernando Rabello, José Eduardo Laloni, Julio Capua, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Luiz Sorge, Richard Ziliotto, Saša Markus e Vital Menezes

Conselho de Ética: Luiz Masagão Ribeiro (presidente) e Lywal Salles Filho (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino